

IDENTIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE DOMICÍLIOS EM ÁREAS PRECÁRIAS EM MARABÁ

A Política Nacional de Habitação (PNH) adotou sob peso de lei o termo “assentamentos precários”, como uma categoria de assentamentos urbanos inadequados de abrangência nacional (BRASIL, 2005). O Ministério das Cidades (2010), definiu os assentamentos precários como segmentos do território urbano de grandezas e tipologias variáveis, mas que mantêm em comum o caso de serem áreas predominantemente residenciais e ocupadas por moradores - em sua maioria - de baixa renda, caracterizadas por inúmeras carências e inadequações das condições de moradia.

A precariedade habitacional foi abordada de forma explícita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por meio de uma categoria de setor censitário denominada "aglomerados subnormais", incluída a partir do Censo Demográfico de 2000. Apesar dos aglomerados subnormais representarem a única fonte de dados de abrangência nacional, pesquisas do Centro de Estudos da Metrópole (CEM) demonstraram como o censo de 2000 e 2010 subestimaram a quantidade de assentamentos precários e o número de domicílios localizados nesses assentamentos (CEM/CEBRAPE, 2007; 2013).

Diante disso, esta proposta de trabalho busca aplicar uma metodologia de identificação de áreas precárias e estimar a quantidade de domicílios nessas áreas, tendo como estudo de caso a cidade de Marabá, no estado do Pará. Tendo em vista a experiência do trabalho desenvolvido por CDHU e UFABC (2018), serão integrados em uma grade celular os dados do último censo demográfico (2010), agregados por setor censitário, dados contextuais e bases de cobertura do solo. A identificação das áreas precárias será feita utilizando o *Geographical Random Forest* (GEORGANOS et al., 2021) - uma extensão espacial do algoritmo de árvore de decisão *Random Forest*. Já a estimativa de domicílios será feita por regressão espacial (*GWR*). Serão utilizados como referência os aglomerados subnormais de 2019 tanto para identificação das áreas precárias, como para a estimativa de domicílios.

REFERÊNCIAS PARA O TRABALHO

Feitosa, F. da F., Vasconcelos, V. V., de Pinho, C. M. D., da Silva, G. F. G., da Silva Gonçalves, G., Danna, L. C. C., & Lisboa, F. S. (2021). IMMerSe: an integrated methodology for mapping and classifying precarious settlements. *Applied geography*, 133, 102494.

Georganos, S., Grippa, T., Gadiaga, A., Linard, C., Lennert, M., Vanhuyse, S., Mboga, N., Wolff, E., & Kalogirou, S. (2021). Geographical random forests: a spatial extension of the random forest algorithm to address spatial heterogeneity in remote sensing and population modelling, *Geocarto International*, 36:2, 121-136, DOI: [10.1080/10106049.2019.1595177](https://doi.org/10.1080/10106049.2019.1595177)

REFERÊNCIAS

BRASIL (2005, 16 de junho). *Lei n 11.124, de 16 de junho de 2005*. Dispõe Sobre O Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – Snhis, Cria O Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – Fnhis e Institui O Conselho Gestor do Fnhis. Brasília: Diário Oficial da União. Recuperado em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11124.htm>. Acesso em: 21 mai. 2021.

Centro de Estudos da Metrópole - CEM & Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – CEBRAP. (2007). *Assentamentos precários no Brasil urbano*. Brasília: Ministério das Cidades. Recuperado em 21 de maio de 2021, de <https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/relatorio-assentamentos-precatorios-no-brasil-urbano.pdf>

Centro de Estudos da Metrópole - CEM & Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – CEBRAP. (2013). *Diagnóstico dos assentamentos precários nos municípios da Macrometrópole Paulista*. São Paulo: CEM. Recuperado em 21 de maio de 2021, de https://centrodametropole.fflch.usp.br/sites/centrodametropole.fflch.usp.br/files/user_files/ckeditor/655-Relatorio_I_Assentamentos_Fundap_Final_logo.pdf

Companhia De Desenvolvimento Habitacional E Urbano – CDHU & Universidade Federal Do Abc - UFABC (2019). *Relatório final: Metodologia para Identificação e Caracterização de Assentamentos Precários em Regiões Metropolitanas Paulistas (MAPPA)*. São Bernardo do Campo: UFABC.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (2010). *Censo Demográfico - 2010*. Rio de Janeiro: IBGE. Recuperado em 15 de agosto de 2013, de www.ibge.gov.br

Ministério Das Cidades (2010). *Guia para mapeamento e caracterização de assentamentos precários*. Brasília: Ministério das Cidades.

SAKATAUSKAS, Giselle de Lourdes Bangoim. ESPECIFICIDADES DA PRECARIIDADE HABITACIONAL NA AMAZÔNIA RIBEIRINHA: um olhar sobre a região do baixo tocantins. 2020. 285 f. Tese (Doutorado) - Curso de Planejamento e Gestão do Território, Cecs, Universidade Federal do ABC, São Bernardo do Campo, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9389816. Acesso em: 21 mar. 2021

Georganos, S., Grippa, T., Gadiaga, A., Linard, C., Lennert, M., Vanhuyse, S., Mboga, N., Wolff, E., & Kalogirou, S. (2021). Geographical random forests: a spatial extension of the random forest algorithm to address spatial heterogeneity in remote sensing and population modelling, *Geocarto International*, 36:2, 121-136, DOI: [10.1080/10106049.2019.1595177](https://doi.org/10.1080/10106049.2019.1595177)